

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

A T A      N.º 05/90

001 Aos três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos  
002 e noventa, às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos ,  
003 no Salão Nobre da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel ,  
004 realizou-se uma sessão ordinária do Conselho Universitário  
005 da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida  
006 por seu Presidente, Professor Amilcar G. Gigante, Magnífi-  
007 co Reitor, a qual contou com a participação dos seguintes  
008 conselheiros: Professores Luiz Henrique Schuch, Vice-Rei-  
009 tor; Sérgio Roberto Martins, Maria Isabel da Cunha e Al-  
010 dyr Garcia Schlee, respectivamente Pró-Reitores de Pesqui-  
011 sa e Pós-Graduação, de Graduação e Assistência, e de Ex-  
012 tensão; Moacir Cardoso Elias, Diretor da Faculdade de A-  
013 gronomia Eliseu Maciel; Adair Stefanello Busato, Diretor  
014 da Faculdade de Odontologia; José Gilberto da Cunha Gas-

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.02

015 tal, Diretor da Faculdade de Direito; Maria Elizabeth -  
016 Maurer de Salles, Diretora do Conservatório de Música;  
017 Zilma da Costa Tambara, Diretora da Faculdade de Ciên-  
018 cias Domésticas; Wanderlei Rospide Motta, Diretor da Fa-  
019 culdade de Medicina; Florismar de Oliveira Thomas, Dire-  
020 tor da Escola Superior de Educação Física; Céres Maria  
021 Torres Bonatto, Diretora da Faculdade de Educação; Ánge-  
022 la Maria Sinott Rocha Gonzales, Diretora do Instituto de  
023 Letras e Artes; João Nelci Brandalise, Diretor do Insti-  
024 tuto de Biologia; Cleusa Iara Albernaz Morga, Diretora  
025 do Instituto de Química e Geociência, digo, de Física e  
026 Matemática; Jorge Luiz Martins, Diretor do Instituto de  
027 Química e Geociência; Maria Amélia Soares Dias da Costa,  
028 Diretora do Instituto de Sociologia e Política; Darci  
029 Pegoraro Casarin, Diretor da Faculdade de Meteorologia;  
030 Claudio Mairan Brazil, Diretor da Faculdade de Enferma-  
031 gem e Obstetrícia; Eurico Guimarães Castro Neves, Dire-  
032 tor da Faculdade de Engenharia Agrícola; Marli Costa dos  
033 Santos, Diretora da Faculdade de Nutrição; José Leonel  
034 da Luz Antunez, Diretor do Conjunto Agrotécnico Viscon-  
035 de da Graça; Paulo Silveira Júnior, Representante dos  
036 Professores Titulares; Renato Osvaldo Fleischmann, Re-  
037 presentante dos Professores Assistentes; Luiz Fernando-  
038 Camargo Veronez, Representante dos Professores Auxilia-  
039 res; Gastão Coelho Pureza Duarte, Representante do Con-  
040 selho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;  
041 Hilda Costa Acevedo, Representante do COCEPE; Bel. Luiz  
042 Osório Rocha dos Santos, Pró-Reitor Administrativo; Tã-  
043 nia Mara Cabreira, Representante dos Servidores Técnico-  
044 -Administrativos, e mais os acadêmicos Hilário Santos,  
045 Sinval Vicenzi, Diogo Joel Demarco, Alis Jein José Fi-  
046 des Scacino, Júlio César Rover e Paulo Daniel Araújo Be-  
047 nito, representantes do corpo discente. Constatando a  
048 Presidência haver número legal de conselheiros, deu por  
049 abertos os trabalhos. ITEM 1 - ATA Nº02/90. Referiu o  
050 Professor Amilcar Gigante que tendo presente problemas

/ 142

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.03

051 de ordem interna da administração somente foi possível -  
052 trazer à apreciação do plenário a ata de Nº02/90. Antes  
053 de colocá-la em discussão e submetê-la a voto desejava,  
054 porém, informar que recebera no expediente do turno da  
055 manhã uma comunicação dando conta da estada em Pelotas  
056 da Professora Myrian Santos, da Secretaria Nacional de En-  
057 sino Superior, e da vontade por ela manifestada de se fa-  
058 zer presente a esta sessão. Entendendo constituir-se es-  
059 ta numa ótima oportunidade de ouvir-se uma autoridade in-  
060 tegrante da alta administração do MEC, concordara o Rei-  
061 tor em que se desse a visita programada que, todavia, se-  
062 ria um pouco retardada em função de compromissos outros  
063 assumidos anteriormente por aquela assessora. Assim, a-  
064 vançaria o Conselho no cumprimento da pauta até que se  
065 concretizasse a presença da Professora Myrian Santos. Em  
066 voltando-se a apreciar a aludida ata solicitou a palavra  
067 o Professor Moacir Elias para esclarecer que a Professo-  
068 ra Morena Pinto Peters, hoje ausente por motivo de via-  
069 gem, lhe pedira para manifestar o seu desejo no senti-  
070 do de ser retificada a expressão: "não faz, nunca fez e  
071 jamais fará o jogo do governo". Revelou a professora não  
072 ter usado o termo "jogo do governo" podendo, quanto mui-  
073 to, ter referido algo como discurso do governo, ou coisa  
074 semelhante. Focalizou também o mesmo conselheiro a reda-  
075 ção, conforme se contem à fls. 30, linhas 1057, a qual,  
076 no seu entender, não expressa com exatidão o espírito dos  
077 debates travados na ocasião. A seu juízo deveria a ata  
078 consignar: Diversos conselheiros pronunciaram-se então,  
079 revelando-se todos concordes com a idéia de elaborar tão  
080 vigoroso texto, de um modo geral, lançando restrições-  
081 quanto a certos conceitos e à algumas expressões que po-  
082 deriam sugerir uma interpretação menos condizente com a  
083 realidade pretendida para a matéria enfocada no documen-  
084 to. Também o Professor José Gilberto Gastal propôs as se-  
085 guintes correções: linhas 575 a 578 - Esclarecer que, ao  
086 serem retiradas as proposições dos Professores Moacir E-

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.04

087 lias e Morena P. Peters, restaram para serem votadas as  
088 proposições dos Professores Adair Busatto e José Gilber-  
089 to Gastal. Linha 583 - Esclarecer que os nove votos refe-  
090 ridos como "contrários" foram contrários à proposta do  
091 Professor Adair Busatto, portanto, favoráveis à do Profes-  
092 sor José Gilberto Gastal. A seguir, como previsto ini-  
093 cialmente, adentrou na Sala dos Conselhos Superiores a  
094 Professora Myrian Santos, que logo tomou lugar junto à  
095 Mesa da Presidência. Ao saudar esta autoridade ministe-  
096 rial o Professor Amilcar Gigante afirmou que a oportuni-  
097 dade era extremamente feliz por poder-se ouvir a palavra  
098 do Ministério da Educação através de uma de suas mais cre-  
099 denciadas assessoras. Lembrou que todos nós temos agudas  
100 preocupações com a situação financeira, a realidade orça-  
101 mentária da universidade em geral, assim como em relação  
102 à educação como um todo. Tinha presente naquele momento  
103 as declarações que fizera por ocasião da sua posse em Bra-  
104 sília, passados cerca de dois anos, quando afirmou que  
105 assumir uma Reitoria significava assumir uma posição de  
106 deveres e de direitos. Isso decorria, como decorre até ho-  
107 je, da sua percepção sobre como deve ser uma universida-  
108 de pública e como deve ser a aplicação de recursos de um  
109 modo geral. Universidade é uma coisa séria, disse. Sua  
110 presença na Universidade sempre foi um assunto sério. Não  
111 chegou a ascender ao cargo de Reitor por um acaso ou pe-  
112 la generosidade de algum poderoso. Universidade sempre se-  
113 rá um assunto sério. E assim pensando, mesmo que em al-  
114 guns momentos possa humanamente sofrer a tentação de a-  
115 gir em direta proporção à forma como alguns agem sente  
116 que tal tentação é fácil de ser vencida; basta olhar um  
117 pouco mais à frente. Tenho certeza - prosseguiu o Profes-  
118 sor Amilcar - de que não sou míope e que felizmente tam-  
119 bém não sou hipermetrópe, que apenas consegue olhar até  
120 os limites do próprio estômago. Vivemos, todos que te-  
121 mos preocupação com o futuro da Nação que queremos cons-  
122 truir, atentos aos rumos que poderá tomar a Universidade

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.05

123 Pública Brasileira. Há muitas e nítidas evidências que a  
124 pontam para o crescimento das forças que pensam melhor se  
125 ria deixar o país de gastar os seus escassos recursos no  
126 ensino universitário, ressaltando claro que em torno de  
127 tal idéia estrutura-se uma grande racionalização, o que  
128 não chega a constituir surpresa porque as racionaliza-  
129 ções estão presentes em quase todos os momentos de nos-  
130 sas vidas. É aí que se afirma que uma forma mais democrá-  
131 tica seria a de concentrar todos os recursos na alfabeti-  
132 zação e no ensino fundamental devendo, estes sim, ser con-  
133 siderados direitos da cidadania, enquanto que o ensino su-  
134 perior deveria ficar para os melhor dotados, e se alguns  
135 deles tivessem problemas existiriam as bolsas de estudos.  
136 Evidentemente não é preciso discutir desde já quem esco-  
137 lheria os bolsistas e quais seriam os critérios adotados.  
138 Claro, também, que enquanto isso o bolo estaria crescen-  
139 do e logo poderia ser repartido. Prosseguindo: "sinto-me  
140 obrigado, para o cabal desempenho de minhas atribuições,  
141 para a salvaguarda da dignidade de meu cargo, para evi-  
142 tar que sejam acrescentadas sem protesto mais algumas pe-  
143 dras às muitas que vêm sendo lançadas contra as universi-  
144 dades federais, e por último, para que a minha dignidade  
145 pessoal permaneça onde sempre a tenho procurado manter,  
146 sinto-me obrigado - dizia - a trazer a este Conselho, ór-  
147 gão máximo por força de normas da Universidade, e que  
148 tem plenas condições de ser efetivamente máximo para os  
149 que têm gosto pela democracia, dois assuntos que ocupa-  
150 ram significativo espaço em um órgão da imprensa desta ci-  
151 dade e em pelo menos dois outros da Capital do Estado .  
152 Refiro-me à alguns dos problemas da bomba de cobalto e do  
153 Radar Meteorológico. Eu tenho certeza de que, então, a-  
154 lém do mais, será uma oportunidade para que todos jun-  
155 tos - a Professora Myrian personificando o MEC, e nós, Pre-  
156 sidente e Membros do Conselho Universitário - venhamos a  
157 introduzir, inclusive, alguns dados para a discussão do  
158 primeiro item da nossa pauta. Sem maiores delongas e pe-

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.06

159 dindo desculpas por este texto que achei deveria ler, eu  
 160 passo a palavra, como já deveria ter feito, à Professora  
 161 Myrian". Iniciando a sua fala a Professora Myrian diri-  
 162 giu-se ao Magnífico Reitor e demais membros deste Conse-  
 163 lho afirmando da sua satisfação em poder estar aqui, nes-  
 164 te momento, até porque considera este fato extrema honra  
 165 para ela. Externou que jamais fez parte de um órgão cole-  
 166 giado de tamanha magnitude, expressão e autoridade e que,  
 167 sinceramente, não pensara em estar aqui, também jamais,  
 168 na condição de co-participante da atual administração do  
 169 Ministério da Educação. Expressou sentir-se, no entanto,  
 170 muito à vontade neste recinto por duas razões especiais:  
 171 a primeira porque estava dentro da sua Universidade, lo-  
 172 cal em que entrou por opção, na ocasião, inclusive, com  
 173 prejuízo de ordem monetária, deixando um emprego no qual  
 174 era concursada, efetiva e estável, já com nove anos, à  
 175 beira de uma licença prêmio, para entrar aqui, na Univer-  
 176 sidade, como celetista, com "c", como optante pelo Fundo  
 177 de Garantia, aquela lei que por estranha coincidência e-  
 178 ra de opção mas era a única pela qual não se optava no  
 179 Brasil pelo cumprimento ou não; assinava-se a opção jun-  
 180 to com o contrato de trabalho. E - continuou -, nessas  
 181 condições entrou na Universidade, eis que lhe motivavam a  
 182 educação, o ensino e o contato com os alunos. Nunca plei-  
 183 teou nenhum cargo administrativo, sequer tendo a eles se  
 184 candidatado, a não ser na conformidade daquele mecanismo,  
 185 de todos conhecido, em todas as faculdades, de fazer nú-  
 186 mero em lista sêxtupla, quando, em realidade, em tais ca-  
 187 sos, já se tem previamente, pelo menos por escolha de ca-  
 188 da grupo, um nome na cabeça da lista que deva ser ou, pre-  
 189 ferentemente, venha a ser o escolhido. Então, a satisfa-  
 190 ção, como disse, é dupla, e à vontade sentia-se porque  
 191 estava dentro desta Casa que supõe amada por todos nós,  
 192 e, em segundo lugar, pela oportunidade de poder dirigir  
 193 a todos os srs. Conselheiros algumas palavras mostrando  
 194 que o tempo que está gastando em Brasília não está sendo

*[Handwritten signature]*

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.07

195 o tempo que está perdendo em Brasília. Na verdade está  
 196 perdendo, e muito, na ausência do convívio com os seus  
 197 familiares e com a sua cidade. Pelotas é realmente bair  
 198 rista, e os pelotenses o são. Não é à toa que se diz: "a  
 199 não morar em Paris, só em Pelotas". E como afirma em Bra-  
 200 sília: Brasília nem tem Laranjal. Como que vai se dar  
 201 bem lá, se aqui pelo menos nós curtimos os nossos fins de  
 202 semana. Então, este segundo motivo de satisfação e de a-  
 203 legria que é de encontrar-se aqui, encerra em si a possi  
 204 bilidade de prestar contas - mais do que informar, porque  
 205 se sente na obrigação disso, como docente da Universida  
 206 de - do pouco que se tem podido fazer na área da educa  
 207 ção mas que, para si, tem representado bastante esforço  
 208 - e o nosso Reitor e o nosso Vice-Reitor têm sido teste  
 209 munhas, não quer afirmar oculares, porque isso soa assim  
 210 uma certa antiguidade, é do tempo do Repórter Esso, e por  
 211 certo nós não somos desse tempo, têm sido testemunhas de  
 212 que se tem feito um esforço muito grande para se obter  
 213 alguma coisa a mais para a nossa Universidade. Outro mo-  
 214 tivo pelo qual estava se sentindo à vontade neste órgão  
 215 colegiado de tão alta hierarquia diz respeito ao fato de  
 216 conhecer muito bem e há muitos anos, e de um convívio ex  
 217 tremamente agradável, a maior parte das pessoas que o com  
 218 põem, como estava podendo ver naquele momento. Para sair  
 219 deste preâmbulo, que é mais evocativo, e que demonstra o  
 220 quanto sente falta desta Universidade em Brasília, dese  
 221 java agradecer, o que poderia parecer estranho, um agrade  
 222 cimento. Agradecia, assim, o Telex do Sr. Reitor agrade  
 223 cendo ter recebido uma verba a mais que deixara de ser  
 224 incluída no orçamento do presente exercício, que implica  
 225 va no contrato mantido com a Santa Casa de Misericórdia  
 226 de Pelotas. Podia agora passar às mãos do Magnífico Rei-  
 227 tor cópia de Ofício recebido do Sr. Coordenador de Orça-  
 228 mento e Finanças do MEC, dando conta do comprometimento  
 229 daquele setor em relação ao pedido da UFPel. Ao mesmo tem  
 230 po em que fazia tal registro, disse querer endossar a ma

*[Handwritten signature]*

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.08

231 nifestação do Professor Amilcar Gigante, sobretudo em al  
232 guns de seus aspectos. Primeiro quanto à seriedade com-  
233 que nós temos que encarar a educação e, como é evidente,  
234 não passa por nenhum de nós a idéia de que o Professor  
235 Amilcar não encare a educação e o ensino - e toda a Rei  
236 toria deixe de fazê-lo - com toda a seriedade que a edu  
237 cação merece. E, em segundo lugar, endossa as palavras do  
238 professor no que tange à necessidade de trazer maiores re  
239 cursos para a Universidade. Também como enfatizado por e  
240 le aqui, as questões não podem ser tratadas com pessoali  
241 dade, mas antes se as tem que abordar com altruísmo e ,  
242 portanto, com generalidade. Tanto é que assim pensa, que  
243 nesta sua estada no MEC perde pessoalmente muito, em di-  
244 nheiro, quantitativamente, mas ganha muito em experiên -  
245 cia. Ganha, sobretudo, enquanto docente, porque está sen  
246 tindo-se extremamente útil para esta Universidade lá den  
247 tro, embora muito pouco tenha conseguido trazer. Agora,  
248 dentro dessa idéia, gostaria de trazer a seus colegas al  
249 guns dados, e porisso havia solicitado permissão hoje pe  
250 la manhã para vir a este Conselho, a que agradece, posto  
251 que sabe tratar-se de um órgão de classe, fechado, ao qual  
252 somente podem ter acesso, além das pessoas com direito a  
253 tomar assento, àquelas cuja presença é expressamente au-  
254 torizada. Agradece, pois, essa concessão especial. Pros  
255 seguindo a Professora Myrian Santos fez um breve relato  
256 do que se tem constituído na crônica falta de recursos no  
257 atendimento da universidade brasileira e todas as conse  
258 quências que daí advêm, obrigando o Ministério a estudos  
259 profundos com vistas a reverter tal situação. É de todos  
260 conhecido o trabalho desenvolvido pelo MEC na negociação  
261 com os setores responsáveis do governo por ocasião da im  
262 plantação da reforma administrativa quando, à custa de  
263 muito esforço obteve-se resultados amplamente favoráveis  
264 à causa da educação. Com relação à própria Universidade-  
265 Federal de Pelotas aparecia nitidamente o reflexo desse  
266 trabalho, tendo ela obtido um aumento da ordem de 2.37%

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.09

267 em seu vetor, no orçamento presente, em função das suple-  
 268 mentações feitas. Não se pode deixar de registrar que al  
 269 gumas conquistas se deram a despeito das adversidades en  
 270 contradas, dizendo bem desta realidade um dado marcante :  
 271 O MEC solicitou à área econômica do governo CR\$.  
 272 8.000.000.000,00 (oito bilhões de cruzeiros) tendo dela  
 273 recebido o correspondente a 50% dessa cifra. Mas o traba-  
 274 lho prossegue sempre. Pessoalmente empenhou-se - afirmou  
 275 a Professora Myrian - junto ao Dr. José de Barros Ribas  
 276 Neto, Coordenador de Orçamento e Finanças do Ministério ,  
 277 objetivando alterar o orçamento da UFPel, de tal maneira  
 278 que, de um montante de CR\$74.000.000,00 (setenta e quatro)  
 279 digo, (setenta e quatro milhões de cruzeiros) previstos i  
 280 nicialmente para a Instituição, passou-se para CR\$.  
 281 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de cruzeiros), atin  
 282 gindo-se o vetor de 2.08. Também para o orçamento de 1991  
 283 logrou-se algum avanço: passou-se de CR\$185.000.000,00 -  
 284 (cento e oitenta e cinco milhões de cruzeiros) iniciais ,  
 285 para CR\$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões  
 286 de cruzeiros). Isto, frise-se, em termos de orçamento ini  
 287 cial, afora outras destinações suplementares e os CR\$.  
 288 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) negoci  
 289 ados com o Dr. Ribas, o que faz novamente levantar o nos-  
 290 so vetor aí para 2.1. Nos ajustes quando das reformas exi  
 291 gidas pelo governo, que exigia, sobremaneira, cortes na  
 292 rubrica de pessoal, nós obtivemos (MEC) em OCC uma desti-  
 293 nação de CR\$7.800.000.000,00 (sete bilhões e oitocentos mi  
 294 lhões de cruzeiros), uma soma que no espaço de dezesseis  
 295 anos as instituições federais de ensino não dispunham, sen  
 296 do que tal verba já veio com uma pré-fixação em relação à  
 297 sua aplicação, prevendo-se para a nossa Universidade os  
 298 seguintes percentuais: 55% para recuperação das instala-  
 299 ções físicas; 37% para equipamentos e bibliotecas e 8% pa  
 300 ra a compra de equipamentos, em geral. Isto, para o cor-  
 301 rente exercício, sendo que, para o próximo, igual soma es  
 302 tá prevista para repartir para as instituições, agora den

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.10

303 tro de uma nova filosofia, sem pré-fixações, podendo as  
304 instituições receberem o montante e aplicá-lo de acordo  
305 com as suas necessidades. Nessas circunstâncias as uni-  
306 versidades estão recebendo, nesses dois anos, 15.6 bi-  
307 lhões de cruzeiros. Desses últimos valores (7.8 bilhões)  
308 a Universidade Federal de Pelotas estará recebendo um to-  
309 tal de CR\$132.000.000,00 (cento e trinta e dois milhões-  
310 de cruzeiros). Por outro lado, é digno de registro que o  
311 MEC, no seu afã de conseguir sempre mais recursos para a  
312 educação, entabulou entendimentos com o propósito de di-  
313 namizar as suas fontes. Assim, identificando o Fundo Na-  
314 cional de Desenvolvimento da Educação - FNDE como o orga-  
315 nismo que detem o maior volume de dinheiro dentro da ex-  
316 trutura do MEC vislumbrou sua administração (Ministério),  
317 após acurados estudos, a possibilidade de aplicar-se no  
318 mercado financeiro as dotações do mesmo Fundo que, por  
319 dispositivo constitucional, pode destinar somas somente  
320 para o ensino básico. Tal operação foi prevista de molde  
321 a não ferir nenhum preceito legal, usando-se o dinheiro-  
322 no lapso de sua saída do tesouro e a sua contabilização-  
323 ao entrar no FNDE. Foi feita, então, uma exposição de mo-  
324 tivos ao Tribunal de Contas da União que aceitou as pon-  
325 derações apresentadas, mantendo o entendimento, todavia,  
326 de que o produto de tal operação somente poderia ser a-  
327 plicado ainda no ensino básico, carecendo de uma autori-  
328 zação expressa o uso distinto do dinheiro. Foi contatada  
329 nesse momento a Presidência da República que revelando-  
330 -se sensível ao pedido ministerial editou Medida Provi-  
331 sória autorizando o uso das rendas auferidas para cobrir  
332 despesas com as universidades. Devidamente respaldado sob  
333 o ponto de vista legal em relação a esta fonte extra de  
334 recursos, passou o MEC a aplicá-los da seguinte maneira:  
335 50% destinados ao ensino básico; 50% divididos em duas  
336 partes: 2º grau (colégios técnico-agrícolas; escolas pro-  
337 fissionalizantes) e para o 3º grau. Dessa forma irão as  
338 universidades receber 25% dos lucros advindos daquela o-

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.11

339 peração, num acontecimento inusitado, posto que trata-se  
340 de dinheiro que de uma certa maneira sequer existia, que  
341 atinge a expressiva cifra de 4.6 bilhões de cruzeiros. Es  
342 te procedimento, traduzido na aplicação dos recursos do  
343 FNDE vai acabar transformando-se em lei, conforme inten-  
344 ção do governo, o que fará com que seja esta mais uma fon-  
345 te perene de recursos agora ampliados do MEC. É bem verda-  
346 de que há limitações no uso desse dinheiro, não podendo -  
347 as universidades usá-lo à seu bel-prazer, tendo, sim, que  
348 ser canalizado necessariamente para a manutenção e a cons-  
349 trução de hospitais de ensino, a compra de equipamentos e  
350 a pesquisa universitária. Assim, os recursos já previstos  
351 de CR\$4.600.000.000,00 estão praticamente assim alocados:  
352 2.6 bilhões para a construção, a conclusão e a reforma de  
353 hospitais de ensino, estando aí inserida a UFPel, com sua  
354 unidade hospitalar. Os outros 2 bilhões destinam-se à á-  
355 rea de instrumental, encontrando-se nesse contexto a pes-  
356 quisa. Uma vez mais, nesta parte de recursos de instrumen-  
357 tal e pesquisa, conseguiu-se aumentar o nosso vetor (UFPEL)  
358 de 1.5 para 2.0, representando isto, em termos de valores,  
359 em torno de 30 para 40 milhões, digo, representando isto,  
360 em termos de valores, a passagem de 30 para 40 milhões de  
361 cruzeiros, graças às gestões desenvolvidas junto ao Dr.  
362 Ribas. Informações generalizadas, outras, foram prestadas  
363 pela Professora Myrian Bastos, após o que colocou-se à dis-  
364 posição de todos para quaisquer esclarecimentos, ocasião  
365 em que alguns conselheiros dirigiram-lhes perguntas sendo  
366 atendidos em suas dúvidas. Concluída a sua explanação a  
367 Professora Myrian agradeceu uma vez mais a honra que lhe  
368 fora concedida por este Conselho e colocou-se ao inteiro  
369 dispor de toda a Universidade no MEC. O Professor Amilcar,  
370 então, disse ser testemunha da grande disposição da pro-  
371 fessora em atender com cordialidade e eficiência as ques-  
372 tões que lhe são encaminhadas pela nossa Universidade, pe-  
373 lo que apresentou agradecimentos, e bem assim por sua pre-  
374 sença no nosso meio, acompanhando, a seguir, a Professora

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.12

375 Myrian ao abandonar o recinto, apresentando-lhe despedi-  
376 das. Em razão do adiantado da hora deliberou-se que a  
377 sessão ficaria em aberto, a ela dando-se prosseguimento  
378 4ª feira, dia cinco do corrente, no horário das oito ho-  
379 ras e trinta minutos. Antes, porém, foi submetida à apro-  
380 vação a Ata já discutida ao início desta sessão, a qual  
381 foi aprovada por unanimidade, com as retificações propos-  
382 tas pelos Professores Moacir Elias e José Gilberto Gas-  
383 tal, conforme referido no início desta. Conforme pro-  
384 gramado, a sessão teve continuidade dia cinco de setem-  
385 bro, sendo os trabalhos reabertos pela Presidência no ho-  
386 rário das oito horas e cinquenta minutos. O Professor A-  
387 milcar disse querer abordar dois assuntos de interesse da  
388 Universidade que foram objeto de veiculação na imprensa  
389 local em data recentíssima: radar meteorológico e bomba  
390 de cobalto. Afirmou o Magnífico Reitor que quando se re-  
391 feriu na nota tardiamente publicada no Diário Popular à  
392 medidas administrativas, não tinha a intenção de abrir  
393 sindicância sobre os atos do Professor Dércio Zerwes. En-  
394 tende que se pessoalmente sentiu-se atingido, felizmente  
395 há medidas no regime democrático que podem, devem e se-  
396 rão tomadas se a administração julgar adequado. Contudo,  
397 julga que o Conselho Universitário deve ocupar-se do as-  
398 sunto pois, ou tem a Universidade um Reitor irresponsá-  
399 vel, criminoso - e a Instituição não pode ignorar isso -  
400 ou a Universidade tem em órgãos de direção de unidade,  
401 de uma unidade, pessoas que podem ser catalogadas no mí-  
402 nimo como levianas. Assim, melhor do que a Reitoria, é  
403 seu pensamento, poderia o Conselho Universitário determi-  
404 nar uma sindicância, fosse para averiguar este episódio,  
405 fosse para sindicatar o total do papel de uma unidade que  
406 tem o faturamento total de quarenta milhões de cruzeiros,  
407 o que comparado com o próprio orçamento da Universidade  
408 é expressivo, embora saiba-se que isso é fruto de um per-  
409 tinaz trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos a-  
410 nos de existência daquela Faculdade. Referiu o Professor

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.13

411 Gigante que ao pensar em medidas administrativas não pô-  
412 de resistir à tentação de lembrar-se que, por sorte, já  
413 não existe o Decreto 477; que também por sorte os atos ins-  
414 titucionais e atos complementares já se foram pelo esgo-  
415 to. Não tão seguro porém está de que o espírito daqueles  
416 decretos, daqueles atos, tenha tomado o mesmo destino, a  
417 té porque hoje temos em vigor um decreto presidencial so-  
418 bre normas de comportamento de servidores públicos, que,  
419 talvez, enquadrasse alguns dos fatos com os quais esta-  
420 mos perdendo, ou gastando, o nosso tempo. Mas, este de-  
421 creto, que existe e, portanto, cria um poder legal, lhe  
422 faz lembrar a antiga e sempre presente lição de Mestre  
423 Ingenieros, com sua distinção entre o legal e o moral .  
424 Por sorte - prosseguiu o Professor - ouviu no Conselho,  
425 hoje, várias vezes, referências à necessidade de que prin-  
426 cípios éticos existam. A crise da universidade, a crise  
427 do Brasil, a crise do mundo, é também uma crise de éti-  
428 ca. A política universitária, está seguro, é algo que e-  
429 xiste no concreto e no real, e todos nós a fazemos a ca-  
430 da instante, sejamos ou não atuantes na política parti-  
431 dária. Foi até em nome da política universitária, Profes-  
432 sor Casarin (a este dirigindo-se em particular) que eu  
433 lhe pedi para modificarmos um ofício para a SENESu, evi-  
434 tando usar a expressão "Centro de Pesquisas Meteorolôgi-  
435 cas", de vez que este centro não existe como órgão da U-  
436 niversidade, e de vez que todos nós temos concordado que  
437 talvez em alguns momentos tenha havido uma proliferação  
438 excessiva de centros, diminuindo a força, a expressão, a  
439 eficiência das próprias unidades, como foi absolutamente  
440 ilustrado há pouco pelo depoimento candente, competente,  
441 do Professor Brandalise. Eu sei que existe uma política-  
442 universitária e que nós hoje discutimos um pouco dela ,  
443 como discutimos um outro tanto no Seminário da Universi-  
444 dade, quando mais de setecentas pessoas tiveram disposi-  
445 ção para não fazer um feriadão e lá comparecerem. Todos  
446 nós, servidores, docentes ou técnico-administrativos, a-

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.14

447 lunos, todos nós, enfim, procuramos os melhores rumos pa  
448 ra a construção desta Universidade, que é parte da cons -  
449 trução da universidade desta nação que se pensa construir.  
450 Srs. Conselheiros: ser julgado, condenado, penalizado, sem  
451 direito de defesa e, até sem muitos protestos, não é para  
452 mim uma experiência nova. Eu espero que não seja uma expe  
453 riência dos meus filhos, dos meus netos, como dos filhos  
454 e dos netos dos senhores que aqui estão. Isto dito e, por  
455 motivo de ordem estritamente pessoal, eu me retiro neste  
456 momento, até porque entendo que assim, a par de atender -  
457 alguns interesses meus, eu deixo este Conselho muito mais  
458 à vontade para decidir sobre a proposta que a Professora  
459 Maria Isabel apresentou; sobre a proposição que um dire-  
460 tor de unidade fez questão de que aqui chegasse, por es-  
461 crito, afinal, para que este Conselho, com a independên -  
462 cia e a serenidade que tem por direito e que certamente te  
463 rão sempre, de fato, delibere sobre este episódio, menor,  
464 diante da imensidão, da dimensão, dos grandes problemas -  
465 que a Universidade Pública Brasileira vive neste momento,  
466 aí inserindo-se a universidade da minha cidade, que eu te  
467 nho a honra de eventualmente ocupar o cargo de Reitor .  
468 Com licença. Muito obrigado. Concluída a sua intervenção-  
469 o Professor Amilcar retirou-se, assumindo a presidência  
470 dos trabalhos o Sr. Vice-Reitor, Professor Luiz Henrique  
471 Schuch. Com a palavra, afirmou que em prosseguimento à  
472 sessão tinha, de concreto, no momento, dois fatos: um ex  
473 pediente chegado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,  
474 que logo passaria a ler. O outro, uma proposição formal de  
475 autoria da Professora Mabel. Lida a correspondência da Fa  
476 culdade de Arquitetura e Urbanismo a Mesa se ateve ao pri  
477 meiro fato, entendendo que há que perguntar-se ao plená -  
478 rio se existe suficiente esclarecimento sobre o procedi -  
479 mento adequado na administração e encaminhamento do caso  
480 da bomba de cobalto. Se, por outro lado, há a necessidade  
481 de novos esclarecimentos, deve-se discutir a forma de fa  
482 zê-lo. Se não, entende-se necessária uma comissão de sin

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.15

483 dicância ? Assim, julga a Presidência que o primeiro passo  
484 é saber se o Conselho está esclarecido. Nesse momento o Pro  
485 fessor José Gilberto Gastal pediu a palavra para dizer que  
486 não sente ser este exatamente o encaminhamento da questão.  
487 A seu ver o Conselho não indagou acerca dos fatos, parecen  
488 do-lhe que se está a querer, agora, que ele proceda um jul  
489 gamento do caso em foco, quando nenhum conselheiro fez qual  
490 quer proposição nesse sentido. Por outro lado, julga que se  
491 está levando o Conselho a um ato de fé. Ele próprio (Profes  
492 sor Gilberto) acredita não ter condições de bem julgar o ca  
493 so, já que desconhece muitas das circunstâncias que envol-  
494 vem a matéria como, por exemplo, a respeito do que se pas  
495 sou entre a viagem do Dr. Naum Keisermann ao Rio de Janei-  
496 ro, onde ele notou um descompasso entre o valor que ele sa  
497 bia deveria constar do contrato e o valor que efetivamente  
498 apareceu, assim como, também, não sabe (Professor Gastal) o  
499 dia aprazado para a assinatura do contrato. Não sabe, igual  
500 mente, digo, não sabe sobre tais dados e se sobre eles sou  
501 besse, não se sente seguro de poder julgar a questão, já  
502 que dispõe apenas de alegações sobre os fatos, não tendo  
503 passado por ele nenhum documento, apenas informações, in-  
504 clusive através da imprensa. Pensa, assim, que não se deve  
505 submeter o Conselho a um procedimento de tal natureza, a um  
506 julgamento que sequer sabe-se deva ele se pronunciar. Acha,  
507 aliás, que o Conselho está sendo levado com certa frequên-  
508 cia a manifestações que não são, não diria de sua competên-  
509 cia, mas está sendo constrangido à manifestações. Tem um e  
510 xemplo disso um caso que até tem que ver também com aspec-  
511 tos envolvendo publicações na imprensa, em que quando o  
512 Conselho foi convocado para debater os efeitos de uma cer  
513 ta medida, não sabe ao certo se um decreto, medida provisô-  
514 ria, enfim, mas em tal ocasião nenhum debate se estabele -  
515 ceu sendo, em verdade, o Conselho trazido aqui para exami  
516 nar - endossar ou não - uma manifestação de uma assembléia  
517 dos segmentos universitários. Aliás, referiu, em boa hora  
518 a ata correspondente foi corrigida quanto à alguns aspec-

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.16

519 tos da questão tratada. E, posteriormente à sessão, na  
520 imprensa de mural, uma das entidades acusou alguns pro-  
521 fessores que haviam discordado de dois itens do documen-  
522 to então elaborado de serem contra a escola pública e  
523 gratuita, o que, a seu juízo (Professor Gastal), são des-  
524 sas coisas que acontecem com a imprensa oficializada ,  
525 de mural. Então, acredita que o Conselho está sendo le-  
526 vado a decisões de aplauso, endosso, etc., quando não é  
527 ele, por moto próprio, que está despertando isto, que-  
528 rendo pautar por este comportamento. Se é o Reitor que  
529 está querendo apresentar fatos, desejando o apoio do Con-  
530 selho, diga o Reitor isto. Agora, se o Conselho vier a  
531 decidir sobre uma matéria, terá que ser com base em ale-  
532 gações e em provas, não parecendo a este Conselheiro o  
533 que está se sucedendo no presente momento, eis que o pro-  
534 fessor, que poderia ter incorrido em algum excesso ver-  
535 bal ou em qualquer outro preceito estatutário, pode ser  
536 submetido a um inquérito administrativo. Pode ser que o  
537 Reitor não queira fazê-lo, porém há possibilidade disso.  
538 Nós, então, assumindo certas atitudes, iremos aqui, em  
539 algum dia, decidir, em grau recursal, possivelmente, ma-  
540 téria sobre a qual já tenhamos comprometido a nossa po-  
541 sição anteriormente, prejudicando a nossa função de ór-  
542 gão estatutariamente recursal. Continuando, asseverou o  
543 Professor José Gilberto Gastal parecer-lhe muito grave  
544 a presente situação e, também, delicada, não competindo  
545 ao Conselho Universitário, a seu ver, abonar versões a-  
546 través de ato de fé, não sendo por uma discussão pura -  
547 mente verbal, sem a veiculação de documentos quaisquer  
548 de ambas as partes que se deva fazê-lo. É seu temor que  
549 uma manifestação desse caráter seja uma expressão de a-  
550 preço ao Reitor, que possa de público ser tomada como u-  
551 ma condenação do professor sobre cujo comportamento se  
552 questiona. Se é para condenar a este então instaure-se  
553 o inquérito administrativo e enseje-se a sua defesa, po-  
554 dendo vir ele a ser isentado ou condenado, neste caso

555 não pelo Conselho, que é órgão recursal. Finalizado o  
556 pronunciamento a Professora Maria Isabel Cunha solici-  
557 tou a palavra afirmando divergir do entendimento do pro-  
558 fessor que a precedera. A Universidade - acrescentou - é  
559 administrada por uma administração que foi acusada de  
560 deslize, com todas as repercussões que daí advieram. Pa-  
561 rece-lhe, pois, que o Conselho, que também dirige a Uni-  
562 versidade tem, sim, que haver-se com a questão e sobre  
563 ela posicionar-se. É preciso que entenda-se que ao fa-  
564 zer sua proposição não a colocou em termos de defesa da  
565 figura do Reitor. A fez acreditando que os fatos não po-  
566 dem ficar na meia verdade. Se, então, neste foro que ad-  
567 ministra e que é responsável pela Universidade os fatos  
568 não estão bem claros, que se instaure uma comissão de  
569 sindicância para apurar-se o que realmente ocorreu. Não  
570 se está pedindo moção de apoio. Na verdade, se os fatos  
571 foram devidamente esclarecidos, se esta é a compreensão  
572 da maioria deste Conselho, e, que não se pode responsa-  
573 bilizar o Reitor por tais acontecimentos, parece-lhe que  
574 sobre este aspecto as coisas aí se encerram, restando ,  
575 sob o ponto de vista administrativo, se assim entender-  
576 àquela autoridade, tomar providências administrativas na  
577 medida em que julgar se façam necessárias. Retomando a  
578 palavra o Sr. Presidente disse que no seu entendimento-  
579 são dois os encaminhamentos existentes: o da Professora  
580 Maria Isabel Cunha, no sentido de que se consulte o Con-  
581 selho sobre se está ele esclarecido sobre o procedimen-  
582 to adequado tomado administrativamente na questão da bom-  
583 ba de cobalto. E, o do Professor José Gilberto Gastal ,  
584 prevendo que o assunto seja convenientemente aclarado na  
585 presente sessão com os elementos que foram até aqui tra-  
586 zidos. Novos e aprofundados debates foram travados emer-  
587 gindo concretamente dois posicionamentos: o Professor  
588 José Gilberto Gastal entendendo que a matéria deva es-  
589 gotar-se naturalmente no Conselho, não sendo pertinente  
590 da parte deste qualquer julgamento, limitando-se apenas

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.18

591 a ouvir os relatos das partes. A Professora Maria Isabel  
592 Cunha, ao revés, esposando o entendimento de que o assun-  
593 to deva ter prosseguimento neste foro. Em tal circunstân-  
594 cia, entendendo o Conselho que a Reitoria conduziu de for-  
595 ma acertada a questão, tomando as medidas que se faziam-  
596 necessárias, deve formalmente externar tal posição. Se,  
597 contrariamente, não se sente este Órgão convenientemente-  
598 esclarecido, necessitando de informes complementares, ins-  
599 taure-se então uma sindicância e tome-se as providências  
600 cabíveis. Assim posta a matéria, submeteu a Mesa as pro-  
601 postas à votação, obtendo-se o seguinte resultado: a pro-  
602 positura do Professor José Gilberto Gastal obteve 5 (cin-  
603 co) votos e a da autoria da Professora Maria Isabel Cunha  
604 17 (dezessete) votos, ocorrendo, ainda, 2 (duas) absten-  
605 ções. Vencedora esta última corrente tratava-se, agora,  
606 de submeter também à voto o segundo momento da proposta,  
607 registrando, ou não, o Conselho, o seu entendimento de ha-  
608 ver a Administração Superior da Universidade se conduzido  
609 com acerto, ou recomendando a instauração da sindicância.  
610 Por 14 (quatorze) votos, então, entendeu o Conselho Uni-  
611 versitário que o Reitor se houve acertadamente no trato  
612 da questão e, com isto, encerrava-se a polêmica. No pro-  
613 cesso de votação nove conselheiros posicionaram-se pela ne-  
614 cessidade de ser formada comissão apropriada a fim de se-  
615 rem colhidos novos subsídios. Foi observada, também, uma  
616 abstenção. Nos termos, ainda, da proposta da Professora Ma-  
617 ria Isabel Cunha passa a ser transcrito em ata o teor do  
618 que se vem a denominar Manifestação do Conselho Universi-  
619 tário da UFPel. "Manifestação do Conselho Universitário da UFPel.  
620 O Conselho Universitário, em reunião realizada em 5 de setembro  
621 1990, após esclarecimentos ao plenário sobre os fatos acontecidos re-  
622 lativos à aquisição da Bomba de Cobalto, considerou por maioria, com-  
623 a contagem de 14 votos a favor, 9 contra e 1 abstenção, que a Adminis-  
624 tração da UFPel esclareceu de forma suficiente e a contento sua con-  
625 duta referente ao caso. Lamenta que não se tenha alcançado o desidera-  
626 to de todos que envidam esforços para atingir os objetivos comuns e a

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.19

627 firma a disposição da Administração da Universidade de colocar, aos  
628 interessados, documentos pertinentes aos mencionados fatos. Predis-  
629 põe-se, ainda, a, junto com a Administração da UFPel, reforçar o em  
630 penho para que se tente, conjugando esforços, conseguir recursos pa  
631 ra os equipamentos em questão, assim como para todos os demais ne-  
632 cessários ao funcionamento competente da Universidade". ITEM 4 -  
633 PROCESSOS RELATADOS PELA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS.  
634 04.1 Proc. Nº23110.002019/90-41. Departamento de Pessoal.  
635 Encaminha proposta de Normas de Regulamentação de Concur  
636 so Público. A Mesa concedeu a palavra ao Sr. Presidente-  
637 da Comissão a fim de proceder a leitura de seu parecer.  
638 O Professor José Gilberto Gastal referiu preliminarmente  
639 que pela dificuldade encontrada para reunir a Comissão-  
640 que preside entendeu de dar o parecer "ad-referendum" da  
641 mesma. Assim, explicando a seus pares o espírito das al-  
642 terações propostas pela Divisão de Desenvolvimento de Pes  
643 soal à fls.01/03 do referido processo, finalizou que o  
644 parecer é pela aprovação da proposição daquele organismo  
645 do Departamento de Pessoal. Ocorrendo um interregno nos  
646 trabalhos e aguardando-se a chegada de alguns conselhei-  
647 ros que afastaram-se momentaneamente do plenário, a fim  
648 de dar-se andamento à votação dos processos, disse o Pro  
649 fessor Luiz Henrique Schuch que com muita satisfação a-  
650 proveitava aquele espaço para registrar, por sugestão do  
651 Professor Moacir Elias, neste Conselho, que o COCEPE, em  
652 sua última sessão, apreciando um detalhado e longo pro-  
653 cesso oriundo da Faculdade de Agronomia, vem de aprovar  
654 a criação do primeiro curso a nível de doutorado da UFPel  
655 do programa de pós-graduação em Agronomia nesta Universi  
656 dade. O próprio COCEPE, continuou, recomendou fosse dada  
657 ciência ao Conselho Universitário de tal decisão, tendo  
658 em vista a relevância do acontecimento pelo, inclusive,  
659 seu pionerismo em nossa Instituição. Alguns conselheiros  
660 manifestaram-se sobre este fato e sobre o qual também fo  
661 ram prestados maiores detalhes ao plenário. Após, retor-  
662 nando os membros que haviam se ausentado, colocou a Mesa

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.20

663 em votação o processo contendo as Normas de regulamenta-  
664 ção de Concurso Interno e Concurso Público, vindo este a  
665 ser aprovado, com a homologação do parecer da Comissão  
666 de Legislação e Normas. 04.2 Proc. Nº23110.002338/90-20.  
667 Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia. Encaminha propos-  
668 ta do Regimento do Conselho Departamental da Faculdade de  
669 Enfermagem e Obstetrícia. Pelo mesmo motivo declinado an-  
670 tes pelo Relator o parecer foi firmado "ad-referendum da  
671 Comissão e está assim contido: "Quanto à composição pre-  
672 vista no artº 2º, é de ver o seguinte: a) A representação  
673 de servidores técnico-administrativos, se bem que aprova  
674 da por este Conselho, não está homologada pelo CFE, ra-  
675 zão porque não vige ainda, não devendo ser incluída já.  
676 b) Se for incluída, deve ser substituída a expressão 'um  
677 representante' por 'representantes', para haver coerên-  
678 cia com a variação numérica adstrita à fração ordinária.  
679 c) A representação de alunos não pode também ser limita-  
680 da a 'um representante', posto que proporcional ao núme-  
681 ro de docentes. Outrossim, a forma de eleição melhor se-  
682 ria definível conforme previsto no Regimento Geral da U-  
683 niversidade, posto que pende de homologação pelo CFE al-  
684 teração regimental que faz tal representação elegível pe-  
685 los estudantes em geral e não apenas pelos representa-  
686 tes em departamentos. O parecer é pela aprovação, com es-  
687 colha alternativa entre as ponderações das alíneas a e  
688 b, e com observância da alínea c. Em tempo: O parecer é,  
689 ainda, pela exclusão da alínea, digo, do inciso XVIII do  
690 art. 4º, eis que o Conselho Departamental não tem atribu-  
691 ção de aplicar penalidade, a teor do art. 329 do Regi-  
692 mento Geral da Universidade". Igualmente submetido à vo-  
693 tação o parecer em tela, foi este homologado pela unani-  
694 midade do Conselho, digo, do Conselho Universitário, sen-  
695 do o processo consequentemente aprovado, com as altera-  
696 ções propostas pela aludida Comissão. Em prosseguimento  
697 o Sr. Presidente novamente comunicou ao plenário, agora  
698 recomposto, pela presença dos membros que momentaneamen-

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº05/90, Fls.21

699 te haviam se ausentado, sobre a decisão do COCEPE de a-  
700 provar a criação do primeiro curso de pós-graduação a ní-  
701 vel de doutorado em nossa Universidade, conforme referi-  
702 ra momentos antes. Assim, solicitava, agora, ao plenário  
703 a introdução deste importante assunto na pauta, a fim  
704 de que também o Conselho Universitário, se assim enten-  
705 desse, aprovasse o correspondente processo. Após alguns  
706 outros esclarecimentos prestados tanto pela Presidência-  
707 como pelos professores Moacir Elias e Sérgio Martins foi  
708 chancelada por este Conselho a criação do nível de Douto  
709 rado no programa de pós-graduação em Agronomia, nos ter-  
710 mos da deliberação emanada do COCEPE, considerando-se a  
711 aprovação como curso, em se fazendo necessário para efeiti  
712 to de formalização do seu reconhecimento junto aos ór-  
713 gãos competentes do governo. Outra matéria extra-pauta pa-  
714 ra a qual a Presidência solicitou autorização do plená-  
715 rio para ser abordada e que mereceu a aquiescência de to-  
716 dos diz respeito à grave situação enfrentada pelas Insti-  
717 tuições Federais de Ensino Superior, aí compreendida, tam-  
718 bém, a questão salarial de seus integrantes. Esclareceu  
719 o Professor Luiz Henrique Schuch que o assunto foi tema  
720 abordado em recente reunião dos srs. Reitores, ocasião em  
721 que foi deliberado recomendar às mesmas que procurassem-  
722 evidenciar suas preocupações através de manifestações pró-  
723 prias. Nesses termos, propôs a Presidência que se esco-  
724 lhesse três membros do Conselho com o propósito de redi-  
725 gir uma nota sucinta abordando a problemática das univer-  
726 sidades com vistas ao seu encaminhamento ao Sr. Ministro  
727 da Educação. Aprovada a proposição e esgotada a pauta, o  
728 Sr. Presidente agradeceu a comparência de todos e deu  
729 por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu Fran-  
730 cisco Luiz Allgayer Mendonça *Francisco Luiz Allgayer Mendonça* Se-  
731 cretário "ad-hoc" dos Conselhos Superiores da Universida-  
732 de Federal de Pelotas lavrei a presente Ata. ----

-----  
